

FRANCISCO DE OLIVEIRA
Coordenação

Génese e Consolidação da Ideia de Europa

Vol. III

O Mundo Romano



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2005

GLOBALIZAÇÃO E REGIONALISMOS NA EUROPA ROMANA

Jorge de Alarcão

(Universidade de Coimbra)

O Império Romano, da muralha de Adriano (na Bretanha) ao *limes* tri-politano, da *Gallaecia* à Síria, manifesta uma surpreendente homogeneidade.

Um arqueólogo não pode deixar de observar que a mesma moeda circulava no norte da Bretanha (a Inglaterra dos nossos dias) e no Egito ou que, numa cidade como Conímbriga, encontramos moedas cunhadas em tão diferentes lugares como Roma, Trier, Nicomédia ou Antioquia. Não pode, também, deixar de se surpreender com a presença de ânforas originárias da Bética na muralha de Adriano ou de outras, produzidas na Lusitânia, em paragens tão distantes como a Palestina. A *terra sigillata* fabricada no sul da Gália tanto chegava à Lusitânia como à fronteira reno-danubiana ou à África do Norte e a cerâmica chamada *Late Roman C*, produzida no Mediterrâneo Oriental, era utilizada em *Bracara Augusta*.

Podemos, pois, falar, utilizando uma expressão moderna, de *mercado único* ou de *globalização da economia*. Mas, e em primeiro lugar, essa globalização não implica a existência de grandes unidades fabris: no Império Romano, a produção manteve-se ao nível de pequenas oficinas e eram os comerciantes, *negotiatores* ou *mercatores*, que garantiam a difusão dos produtos, muitas vezes em navios que fretavam.

Por outro lado, se havia um mercado global de produtos como a *terra sigillata* ou o vinho, o azeite e o *garum* que circulavam em ânforas, a cerâmica comum tinha uma difusão mais restrita. Havia, pois, produtos de grande circulação e outros circunscritos a mercados de reduzida área.

A maior globalização veio, porém, da língua. Na parte oriental do Império, o Grego manteve-se como língua dominante - ainda que, relativamente à Dácia (hoje, Roménia), tenhamos de presumir o predomínio do Latim para explicarmos a integração do romeno no grupo das línguas românicas. Na Europa Ocidental, porém, até que ponto sobreviveram as línguas faladas antes da ocupação romana? Até que ponto se manteve o bilinguismo?

Esta questão é difícil de resolver. Considerando o caso do português, contém palavras de manifesta origem não-latina que constituem herança da(s) língua(s) falada(s) antes da dominação romana. Muitas delas são topónimos, orónimos ou hidrónimos - e é sabido que estes nomes apresentam considerável permanência. Na época romana foi adorada uma divindade indígena, *Reve*, que surge com os epítetos (entre outros) de *Laraucus* e *Maranus*. Trata-se, certamente, de nomes pré-romanos nos quais se encontra a origem dos nomes actuais das serras do Larouco e do Marão. O nome de Bouro, por alguns filólogos atribuído a um estrato linguístico germânico, é certamente pré-romano, pois já na época romana encontramos uma inscrição consagrada aos *Lares Buriei*.

Independentemente de nomes geográficos, há, porém, nomes do léxico comum de origem pré-romana. É certo que, para explicá-los, não temos de presumir a manutenção das línguas pré-romanas e o bilinguismo de grande parte da população. A(s) língua(s) falada(s) antes dos Romanos pode(m) ter sido esquecida(s), mantendo-se apenas alguns vocábulos. Mas não podemos deixar de perguntar-nos até que ponto tais línguas podem ter sobrevivido, eventualmente, faladas por gentes que tenham ficado, de certo modo, à margem da romanização.

O *habitat* normal da população pré-romana do território actualmente português, pelo menos a norte do Douro e em grande parte da zona entre o Douro e o Tejo, era o castro - isto é, o povoado alcandorado em monte e defendido por muralhas. A partir de referências, e particularmente de Dión Cássio, tem-se suposto que os Romanos obrigaram as populações a abandonarem os castros e a fixarem-se em lugares baixos. O achado, em muitos castros, de moedas do séc. IV a.C., conduziu à dedução de que, no Baixo-Império, esses povoados (ou muitos deles) foram reocupados. A verdade, porém, é que não vemos que instabilidade, perigo ou receio possa ter levado, no séc. IV, a um regresso ao *habitat* castrejo. A argumentação de que as muralhas urbanas construídas nos finais do séc. III ou nos inícios do IV são a demonstração dessa instabilidade não parece inteiramente convincente, até porque podemos

contrapor o caso das *uillae* construídas ou reconstruídas na segunda metade do séc. IV – caso que nos faz pensar numa considerável estabilidade e paz, interrompida apenas, no séc. V, pela instalação dos Suevos e o seu cortejo de guerras e saques, documentados por obras literárias como a *Crónica* de Idácio, bispo de Chaves.

Por outro lado, vão-se acumulando provas arqueológicas de que muitos castros se mantiveram habitados na época romana ou, pelo menos, até finais do séc. I ou inícios do séc. II d.C. É certo que é notória a ausência, nos castros, de materiais reconhecidamente dos séculos II e III, mesmo quando neles encontramos moedas do séc. IV.

O problema é complexo, mas parece-nos que não podemos deixar de considerar a hipótese de uma boa parte da população se ter mantido, ao longo de todo o domínio dos Romanos, em castros longe das vias e dos “benefícios da civilização”. A visita que hoje ainda podemos fazer a aldeias perdidas em montanhas (cada vez mais, agora, abandonadas) sugere-nos que, na época romana, podia existir essa mesma profunda distância entre a vida nas cidades ou *uillae* e a vida em remotas aldeias ou castros onde a(s) língua(s) pré-romana(s) se poderia(m) ter mantido.

Certo é, porém, (e inequívoco) que a língua latina foi um grande factor de uniformização e globalização. E porque é através da língua que, desde a infância, vamos conhecendo e interpretando o mundo e nele nos vamos situando, a adopção da língua latina não pode ter deixado de influenciar e reconfigurar as mentalidades.

Se a difusão de produtos como a *terra sigillata* ou as ânforas de vinho, azeite ou *garum* a que inicialmente aludimos são o reflexo da globalização, essa mesma globalização manifesta-se noutros campos como, por exemplo, na arquitectura. A forma clássica do templo tanto se encontra em *Ebora* (Portugal) como em *Camulodum* (Inglaterra), *Thuburbo Majus* (Tunísia) ou *Baalbek* (Líbano). As termas, não obstante as suas múltiplas formas, obedecem aos mesmos esquemas e às mesmas técnicas construtivas quer se encontram na Lusitânia, na Germânia ou na Dácia. Um romano de Itália não sentiria estranheza de visitar a *uilla* de Fishbourne (Inglaterra) ou o de S. Cucufate (Portugal).

Não é menos verdade, porém, que na Bretanha, em grande parte da Gália ou na Germânia, encontramos uma forma de templo (dito “céltico” ou “galo-romano”) sem paralelo na Itália ou na Península Ibérica ou uma forma

de *uilla* (“corridor uilla” dos ingleses) que não encontramos em Portugal. Também é verdade que se adoraram na Lusitânia divindades diferentes daquelas que encontramos na Gália ou na Bretanha.

A divergência dos cultos e das formas de arquitectura religiosa reportam-se, todavia, a um domínio – o da religião – onde as tradições resistem mais à inovação. A religião é, aliás, um dos factores primordiais na constituição das identidades e das diferenças. E, neste domínio, os Romanos manifestaram uma considerável tolerância: nunca pretenderam extirpar os cultos indígenas mas permitiram que as populações continuassem a adorar as suas divindades tradicionais. O politeísmo acomodava facilmente outras divindades no panteão: umas conviviam facilmente com outras.

No domínio da religião são óbvios, pois, os regionalismos. Estes são manifestos também, como dissemos, na arquitectura rural – o que não é difícil de entender se pensarmos quanto as formas de arquitectura doméstica dependem dos materiais regionalmente utilizáveis e do clima.

Mesmo no que concerne à arquitectura pública monumental, muito menos dependente desses factores, podemos encontrar regionalismos, como, por exemplo, capitéis da Líbia romana que utilizam, como elemento decorativo, folhas de papiro (de filiação egípcia) em vez das folhas de acanto normais na arquitectura romana.

Voltando à casa romana, a arquitectura doméstica depende também da composição e dimensão da família. Não temos, no domínio da antropologia social histórica, estudos comparativos que nos permitam abordar a análise da relação entre casa e família nas diversas províncias do Império Romano. Mas, no norte de Portugal e de Espanha, as inscrições funerárias revelam uma realidade social – a *gentilitas* – de que não encontramos provas óbvias noutras regiões do Império. É incerto, todavia, se esta específica unidade social (cuja natureza e dimensão se não encontram perfeitamente esclarecidas) condicionava a arquitectura doméstica ou apenas as relações sociais e, eventualmente, a organização dos espaços nos povoados e nos seus cemitérios.

Pelo que respeita à Bretanha, certa especificidade das *uillae* foi já relacionada com a manutenção, na época romana, da família alargada ou coexistência, no mesmo edifício, de dois irmãos ou parentes próximos, com respectivas famílias.

O *normativismo* – isto é, a ideia de que, numa determinada época, todos se regiam pelos mesmos *padrões* ou *normas* – é um perigo de que nós,

arqueólogos, nos devemos defender. A multiplicidade dos padrões é um índice das sociedades complexas - e a sociedade romana era manifestamente complexa. A classificação da sociedade romana como escravagista parece-nos, por exemplo, duvidosa. Não contestamos a existência de escravos e até de escravos em grande número. Mas não podemos deixar de nos perguntar se, em toda a parte, o trabalho rural ou artesanal, na época romana, assentava na escravatura. No que diz respeito ao território actualmente português, a existência do *latifundium*, mesmo no Alentejo, é mais que duvidosa. Grande parte da população vivia, não em cidades ou *uillae*, mas em aldeias e em pequenas ou médias propriedades rústicas para as quais temos vindo a propor os nomes de casais e granjas. O casal era uma pequena unidade de produção unifamiliar. Imaginamos livres os habitantes de um casal. A granja era uma propriedade maior que implicava já a existência de criados de lavoura. Mas também nos perguntamos se tais criados seriam, na maioria, escravos ou assalariados de condição livre.

O mundo romano era extremamente complexo. A distância social entre *honestiores* ou *clarissimi uiri*, por um lado, e camponeses, por outro, era muito grande. Muito diferente era também a vida numa grande cidade como *Augusta Emerita* ou *Olisipo* ou numa pequena aldeia da região que é hoje a nossa província de Trás-os-Montes. O entrecruzamento dos mais diversos factores - étnicos, económicos, sociais, políticos, culturais, sem esquecer as tradições diversas dos múltiplos povos que foram integrados no Império Romano - conduziu a uma diversidade que nós, arqueólogos ou historiadores do mundo antigo, temos muitas vezes esquecido, quer porque nós representamos o mundo romano a partir de textos literários, quer porque sobrevalorizamos esses itens de cultura material como *terra sigillata* e ânforas que se encontram difundidas por vastas áreas. Mas, como tem sido salientado, a arqueologia permite conhecer o que os textos literários não dizem. E textos como os de Estrabão e Plínio não são, afinal, excelente ilustração da diversidade que existia no Império?

O título da nossa comunicação - *Globalização e regionalismos* - pode sugerir que o Império Romano era um todo composto de partes com identidade própria. Isso é, até certo ponto, verdade. Mas as partes não coincidem com as fronteiras político-administrativas das províncias e mesmo no interior de cada parte havia diversidade e complexidade.

As estruturas organizadas – quer as político-administrativas provinciais ou locais, quer as económicas dos grandes *negotiatores* – não estruturaram senão os níveis superficiais da sociedade, isto é, não alteraram senão o que era necessário que fosse alterado para garantir a paz e a coesão político-social (e, para os *negotiatores*, os seus interesses económicos). Tomando o caso do Direito, considerado (e justamente) como uma das grandes realizações do génio romano, o corpo de leis codificadas não suprimiu múltiplas regras e práticas jurídicas das quais, infelizmente, não temos conhecimento directo porque não foram escritas e codificadas pela jurisprudência romana. Trata-se, no fundo, do problema do alcance, em profundidade, das normas que o poder estabeleceu – ou da coexistência, pacífica, de normas universais com outras normas, locais ou religiosas, que, a um nível mais profundo – o da vida política ou quotidiana – estruturavam a sociedade. A um nível macro-político, macro-social ou macro-económico, podemos falar de globalização; mas, a um nível micro-social, mantiveram-se diferenças e especificidades que não conduziram, todavia, a disfuncionamentos ou tensões. O Império Romano representa uma notável unificação da pluralidade e realizou a coesão do diverso.